

MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

XXXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GABARITO

OFICIAL DA

PROVA

ESCRITA

PRELIMINAR

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

20/05/2018

1ª Questão – Direito Penal (Valor: 5 pontos)

Alberto, réu em ação penal por crime de tráfico de drogas, após haver respondido a todo o processo preso preventivamente, obteve, na sentença, a desclassificação da imputação para o delito de posse de drogas para consumo pessoal. Considerando que o tempo da prisão cautelar seria mais que suficiente para compensar eventual condenação, o juiz extinguiu a punibilidade do fato, reconhecendo a detração penal analógica virtual. Publicada a sentença, as partes não interpuseram recurso, operando-se seu trânsito em julgado. Decorridos dois anos, Alberto subtrai para si, às duas horas da madrugada, em concurso de ações e desígnios com um adolescente, mediante explosão de caixa eletrônica instalada em uma padaria, cuja porta arrombou, a importância de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Pergunta-se:

- qual a adequação típica do fato?
- qual seria a resposta, caso a importância subtraída fosse de R\$3.000,00 (três mil reais)?
- qual seria a resposta, caso Alberto e o adolescente, na hipótese original, fossem detidos em flagrante por policiais, ainda na posse do dinheiro subtraído, assim que deixassem a padaria?
- qual seria a resposta, caso o equipamento avariado pela explosão estivesse sem dinheiro?

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

- Furto qualificado pelo emprego de explosivo, com o aumento do repouso noturno e a incidência do privilégio, considerando que o agente é primário e o valor subtraído é pequeno (inferior a um salário mínimo), além de corrupção de menores (CP, art. 155, §§1º, 2º e 4º-A, e art. 244-B do ECA). Incidência do Enunciado de Súmula 511 do STJ.
- A mesma resposta, apenas com a exclusão do privilégio.
- A resposta é a mesma, pois houve a inversão da posse, conforme Enunciado de Súmula 582 do STJ, cujos fundamentos também se aplicam ao furto.
- Em relação ao furto, haveria crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto material (CP, art. 17). Desaparecido o crime fim, Alberto responderia pelo crime meio, isto é, explosão circunstanciada (CP, art. 251, §2º).

2ª Questão – Direito Penal (Valor: 5 pontos)

Considerando que ao crime de ameaça (art. 147 do Código Penal) é cominada, alternativamente, pena de multa, no preceito secundário da norma incriminadora, é possível a aplicação isolada desse tipo de pena, na citada infração penal, quando praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher? Ainda tendo como premissa a prática do crime em questão mediante violência doméstica e familiar contra a mulher, poderá a ofendida retratar-se da representação, caso a denúncia já tenha sido oferecida?

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

O texto do art. 17 da Lei 11.340/06 somente proíbe a aplicação de penas de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa, porém a jurisprudência do STJ, mediante interpretação sistemática e teleológica do aludido dispositivo, tem o entendimento de que também não é cabível a fixação isolada de pena de multa, ainda quando esta pena não é substitutiva, mas cominada de modo alternativo no preceito secundário do tipo penal.

Caso a denúncia, embora oferecida, não tenha sido recebida, é cabível a retratação da ofendida, nos termos do art. 16 da Lei 11.340/06, que excepciona o art. 102 do CP, devendo o juiz designar audiência com tal finalidade, ouvindo-se o Ministério Público. Se a denúncia já tiver sido recebida, não poderá a ofendida retratar-se, com fundamento no mesmo dispositivo legal.

3ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 5 pontos)

O ordenamento jurídico brasileiro reconhece o “sequestro pelo equivalente” e a “perda de bens pelo equivalente”? Em que consistem tais medidas?

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

O ordenamento jurídico brasileiro, no âmbito da persecução penal, realmente reconhece ambas as medidas. Quanto à primeira, cuida-se de medida cautelar real, que recai sobre bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito de crime, objetivando posterior decretação de sua perda em favor da União, conforme artigos 125 e seguintes do CPP, na forma do artigo 91, parágrafo 2º, do CP. No tocante à perda pelo equivalente, trata-se de efeito da condenação, consistente no confisco dos instrumentos ou produtos do crime, conforme artigo 91, II, a e b, e parágrafo 1º, do CP. As comentadas medidas, contudo, somente têm lugar quando o produto ou proveito do crime não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.

4ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 5 pontos)

É correto afirmar que a prisão domiciliar, no âmbito da persecução penal, consiste em medida alternativa ou diversa à prisão preventiva?

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Com efeito, não é correto afirmar que a prisão domiciliar, no âmbito da persecução penal, consista em medida alternativa ou diversa à prisão, tratando-se, na verdade, de medida substitutiva à prisão preventiva, pois inclusive o decreto da medida impõe ao julgador a análise dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva (CPP, artigos 311/312, do CPP). Se presentes, poderá caber a prisão domiciliar, desde que configurada uma das situações do artigo 317/318 do CPP. Por outro lado, as medidas alternativas ou diversas à prisão, previstas nos artigos 319/320 do CPP, somente têm lugar exatamente quando a *extrema ratio da ultima ratio* (Prisão Preventiva) não puder ser decretada, mas houver alguma necessidade de acautelamento dos meios e fins do processo por medida menos tormentosa.

5ª Questão – Direito Eleitoral (Valor: 5 pontos)

José Francisco, médico concursado que trabalha no hospital municipal da cidade de Morro Alto, no Estado do Rio de Janeiro, candidato ao cargo de vereador nas eleições de 2016, teve seu pedido de registro de candidatura deferido pela Justiça Eleitoral, ocasião em que comprovou regularmente a sua desincompatibilização. Duas semanas antes do pleito, em razão do surto de febre amarela que afetou a região abrangida pelo mencionado município, o diretor do hospital solicitou auxílio a José Francisco, que decidiu retornar às suas atividades profissionais para ajudar a equipe médica nas diversas ações junto à comunidade. Na qualidade de promotor eleitoral da comarca, analise, fundamentadamente, à luz da legislação eleitoral vigente, a candidatura de José Francisco, que foi eleito vereador com maior número de votos válidos.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

A desincompatibilização do candidato visa a afastar o impedimento decorrente do exercício de cargo ou função pública, capaz de influenciar o eleitorado e beneficiar o concorrente, em razão de sua proximidade com a população para a qual presta serviços públicos. Assim, necessário que o afastamento das funções seja de fato, não sendo suficiente a mera desincompatibilização formal. A conduta de José, ao retornar voluntariamente às suas atividades profissionais após o deferimento do registro e antes das eleições, configura uma causa de inelegibilidade superveniente ao registro de candidatura. Nesse sentido, deve o promotor eleitoral ajuizar a ação denominada Recurso Contra a Expedição de Diploma (RCED), no prazo de três dias a contar da data da diplomação, nos termos dos artigos 258 c/c 262, do Código Eleitoral.

6ª Questão – Direito Civil (Valor: 5 pontos)

João, casado com Maria desde 2004, pelo regime da comunhão parcial de bens, proprietário de vários imóveis na cidade do Rio de Janeiro (Ipanema, Tijuca e Barra da Tijuca), doa em 2017 um de seus imóveis, localizado na Tijuca, adquirido em 1990, a seu filho mais velho Manoel, fruto de relacionamento anterior de João. Diante de

impugnação formulada por Maria à doação, explique se a pretensão de Maria deve ser julgada procedente ou improcedente.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

A pretensão de Maria deve ser julgada procedente, visto que o ato é anulável por falta de outorga do cônjuge, em virtude do regime da comunhão parcial de bens, na forma do art. 1.647, I, do CC, bem como porque a alienação de bem imóvel (gratuita ou onerosa), ainda que particular, depende de outorga, na forma do art. 1.647, I, CC, não se aplicando o inciso IV do art. 1.647, CC, por se tratar de bem particular.

7ª Questão – Direito Civil (Valor: 5 pontos)

Paulo deixou cair de forma culposa o Notebook de propriedade de Carla, causando danos que tornaram aquele aparelho impróprio para uso. Considere os seguintes fatos, todos provados: Paulo conta com quinze anos de idade; reside com os seus pais; e tem patrimônio próprio.

Explique:

- qual ou quais os legitimados passivos para a ação de responsabilidade civil;
- qual a natureza jurídica dessa responsabilidade.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Os pais de Paulo respondem por ato de terceiro (art. 932, I, CC) de forma objetiva (art. 933), podendo o menor responder de forma subjetiva (art. 186 c/c 927, *caput*, CC), subsidiária e mitigada (art. 928, *caput* e parágrafo único, CC).

8ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 5 pontos)

O Município do Rio de Janeiro busca compelir centenas de pessoas, ligadas ao Movimento de Moradores Sem Teto (MMST), a desocuparem imóvel público de natureza urbana e a ressarcirem os danos causados ao patrimônio público. Para essa finalidade, pergunta-se:

- seria adequado propor ação coletiva em face do MMST? Justifique de acordo com os limites da coisa julgada;
- o Ministério Público pode ingressar como litisconsorte no polo passivo? Justifique, considerando a legitimidade e o interesse.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

a) A admissibilidade da denominada ação coletiva passiva é um tema controvertido em sede doutrinária, mas a jurisprudência admite sua propositura em face de grupos ou associações de fato, desde que demonstrados o interesse e a representatividade adequada. Nesse caso, deve-se discutir se a coisa julgada coletiva vinculará ou não os membros do grupo, no caso de procedência, que poderão rediscuti-la em ações individuais, se a decisão lhes for desfavorável. Há quem defenda na doutrina, entretanto, a eficácia *erga omnes*, a fim de garantir a utilidade da ação coletiva passiva. b) Em tese, quaisquer dos legitimados para a tutela coletiva poderão também figurar como réus. No caso do MP, entretanto, além das outras situações legitimantes, há que se aferir o interesse de seu ingresso no polo passivo, no caso concreto, tendo em vista sua intervenção obrigatória como fiscal da ordem jurídica.

9ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 5 pontos)

A cláusula geral de negociação processual prevista no art. 190, CPC, autoriza que as partes convertam qualquer espécie de procedimento especial em procedimento comum?

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Deverá ser abordada a distinção de classificação entre os procedimentos especiais, podendo eles, nesse particular, se subdividirem em opcionais (ou facultativos) ou obrigatórios. Imprescindível, ainda, a contextualização normativa com referências, no mínimo, aos arts. 190 e 327, §2º, CPC. Aos procedimentos especiais opcionais (exs: mandado de segurança, ações possessórias, Juizados Especiais Cíveis, ação monitoria etc.) se aplicam irrestritamente as potencialidades decorrentes da cláusula geral de negociação. Já procedimentos especiais obrigatórios (exs: inventário e partilha, interdição, desapropriação, falência, etc.) conduzem a um regime diverso de aplicação da cláusula geral de negociação processual, não se aplicando, em regra, a conversibilidade, salvo se se ampliar a garantia do núcleo essencial que diferencia e justifica o procedimento especial; nos demais casos, a irredutibilidade ao procedimento comum é absoluta.

10ª Questão – Direito Empresarial (Valor: 5 pontos)

O Banco X ajuíza ação de execução em face da sociedade empresária ABC Mecânica Ltda., no valor de R\$ 500.000,00. O título executivo tem o aval dos sócios da sociedade ABC e a obrigação é garantida por alienação fiduciária de bens, com avaliação firme de R\$ 300.000,00. No curso da execução, a sociedade ABC informa a esse juízo a concessão da sua recuperação judicial em outra comarca, pugnando pela extinção do feito diante da novação da dívida exequenda. Levando em consideração ser obrigatória a intervenção do Ministério Público no feito e que os bens objeto da alienação fiduciária são “não essenciais” e tampouco afetados ao cumprimento do plano de recuperação judicial, como opinaria o candidato quanto:

- ao pedido de extinção da execução;
- ao tratamento dos sócios avalistas;
- à submissão do crédito exequendo à recuperação judicial.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Considerando que a novação decorrente da concessão da recuperação judicial (após a aprovação do plano de recuperação em AGC e sua homologação judicial), é “sui generis”, se descumprido o plano, os créditos e suas garantias retornam ao *status quo ante*, e sendo a obrigação garantida por aval dos sócios e alienação fiduciária em garantia, a execução não deve ser extinta, mas suspensa em face de ABC Mecânica Ltda.

Os sócios avalistas não estão submetidos à recuperação judicial, nos termos do art. 6º e 49, § 1º da LFRE, e Súmula 581 do STJ, e por isso não lhes aproveita a suspensão.

Sendo os bens alienados fiduciariamente, avaliados em R\$ 300mil, a execução prosseguirá em face da recuperanda especificamente nesse valor (art. 49, §3º da LFRE). O saldo de R\$200mil deverá ser habilitado na recuperação judicial, na qualidade de credor quirografário (classe III), já que não está garantido pela referida alienação.

11ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 5 pontos)

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, no exercício regular de sua competência, ao reconhecer a ocorrência de mutação constitucional do art. X, da Constituição de Alfa, deliberou um novo sentido a esse enunciado, recusando o sentido anteriormente adotado. No entanto, houve uma manifestação contrária por parte de membros da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, que, entendendo que o instituto da mutação estaria sendo utilizado em desconformidade com as balizas traçadas pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro, defendeu a inconstitucionalidade da referida mutação constitucional. Nesse sentido, responda de forma justificada, e em consonância com a inteligência do sistema jurídico-constitucional brasileiro, as questões que seguem:

- no processo de reconhecimento da existência de mutação constitucional, haveria limites ao Poder Constituinte difuso do Estado Alfa? Justifique.
- no âmbito das discussões sobre a legitimidade constituinte, havendo discrepância entre o texto constitucional e a nova norma estabelecida pelo Poder Constituinte difuso, em que sentido o princípio da conformidade funcional ou justeza pode ser suscitado? Justifique.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Os limites ao reconhecimento da mutação constitucional são as possibilidades semânticas do texto, respeito aos princípios fundamentais que concedem identidade àquela específica Constituição, observância às normas de reprodução obrigatória, sem desconsiderar que a mesma deve se adequar aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O princípio da conformidade funcional tem por objetivo impedir que os órgãos encarregados em realizar a interpretação constitucional cheguem a um resultado que subverta o esquema organizatório funcional estabelecido pela Constituição, sob pena de usurpação de competência. Nesse sentido, interpretação de norma constitucional pelo poder constituinte difuso que ultrapasse os limites textuais constitucionais expressos, evidencia invasão na esfera competencial de um poder por outro (do Legislativo pelo Judiciário), desequilibrando o sistema de divisão de poderes (artigo 2º da CR/88) e violando o mencionado princípio.

12ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 5 pontos)

Diante do aumento da violência urbana, lei ordinária estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, criou um fundo especial, destinado especificamente para o custeio de ações de segurança pública. O mesmo diploma legal instituiu previsão facultando a todo contribuinte descontar até 10% do tributo devido a título de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, mediante destinação do valor correspondente ao referido fundo de segurança pública. A lei estadual descrita padece de qualquer vício concernente a sua constitucionalidade? Justifique.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Ao inovar na estrutura do Poder Executivo, a norma incorreu em inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, diante do art. 61, §1º, II, "e" c/c art. 84, VI, "a" da CF/88, regra de observância obrigatória no âmbito estadual (princípio da simetria), e também em inconstitucionalidade material por violação à separação de poderes (art. 2º da CF/88). Além disso, a vinculação de receita de impostos a fundo específico afronta o art. 167, IV da CF/88, o que não se descaracteriza mesmo quando condicionada à opção do contribuinte (ADI 1750). Ressalve-se que, especificamente em âmbito local, o art. 183, §6º da Constituição do RJ prevê a criação de fundo de segurança pública por lei complementar.

13ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 5 pontos)

A empresa pública Águas do Rio Limpo é controlada por um determinado Estado da Federação – Rio de Janeiro – que detém 90% de seu capital votante. À ocasião da escolha de membro para o Conselho de Administração da estatal, foi indicado José, engenheiro civil sanitário, Diretor dos Serviços de Saneamento Básico da empresa da iniciativa privada "Econovare" (cargo que ocupou por aproximadamente 15 anos) e Dirigente da organização sindical "Trabalhadores da Água" (cargo que ocupa há 05 anos). À ocasião da escolha para o cargo de Diretor-Geral, foi indicada Maria Francisca, psicóloga e jornalista, editora da Revista "Um mundo limpo" (cargo que ocupou por aproximadamente 04 anos) e Tesoureira do Partido Renovação da Vida (PRV). À ocasião da escolha de membro para o Conselho Fiscal, foi indicado Antônio, biólogo, profissional liberal, com especialidade em tratamento de esgoto (profissão que exerce há aproximadamente 06 anos), condenado no ano passado, em segunda instância, pela Justiça Estadual, por crimes contra a administração pública, ante o seu envolvimento na "máfia da reciclagem", esquema de fraude em licitações para contratação de empresas de compostagem de resíduos sólidos.

Tais indicações se conformam ao ordenamento jurídico vigente? Responda fundamentadamente, enumerando os dispositivos normativos aplicáveis.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

A Lei 13.303/16, de caráter nacional, foi editada com o propósito de moralização das estatais, a fim de prestigiar escolhas técnicas, em detrimento do aparelhamento político. José, embora preencha os requisitos de qualificação técnica (art. 17, I, "a", II e III), se enquadra na vedação do art. 17, §2º, III. Maria, por sua vez, não preenche tais requisitos (art. 17, II), pois não possui formação acadêmica compatível com o cargo. Além disso,

na condição de tesoureira de partido político, encontra óbice no §2º, II, *in fine*, do art. 17. Antônio não preenche os requisitos do art. 26, §1º. Sua condenação viola o princípio da moralidade (art. 37 da CRFB/88), que se projeta sobre todo o ordenamento jurídico; bem como o espírito ético-republicano da Lei 13.303. Por essa ótica, o vácuo legislativo deve ser superado pela interpretação sistemática e/ou teleológica, ampliando a hipótese de incidência do art. 17, III, para os conselheiros fiscais, tal qual entendimento adotado pela CVM; ou pela aplicação subsidiária do art. 147, §1º e art. 162, §2º da Lei 6.404/76 (art. 26, *caput*).

14ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 5 pontos)

Discorra sobre a possibilidade de prorrogação de contrato de concessão de serviço público, abordando, de maneira fundamentada, as questões jurídicas pertinentes ao tema.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Em relação à prorrogação dos contratos de concessão de serviços públicos, as questões jurídicas a serem abordadas envolvem, inicialmente, a necessidade de o candidato identificar a regra geral segundo a qual a concessão se extingue com o advento do termo contratual (art. 35 da Lei nº 8987/95) e, com isso, uma nova concessão depende da realização de procedimento licitatório, na modalidade concorrência, na forma do art. 175 da CRFB/88. Há, excepcionalmente, a possibilidade jurídica de a concessão ser prorrogada, havendo cláusula contratual nesse sentido, com o estabelecimento das condições para tanto (art. 23 da Lei nº 8987/95 e, exemplificativamente, Lei nº 9074/95). Não há, porém, qualquer direito subjetivo do concessionário quanto à prorrogação. Além disso, sendo o prazo da concessão um dos fatores da equação econômico-financeira do contrato, o candidato deve abordar necessariamente o impacto da prorrogação sobre o equilíbrio financeiro inicialmente ajustado.

15ª Questão – Direito Tributário (Valor: 5 pontos)

A empresa XYZ teve contra si lavrado auto de infração de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), tendo apresentado impugnação e recurso administrativo a tempo e modo. A decisão final administrativa, entretanto, concluiu que o imposto e a respectiva multa lançados eram efetivamente devidos e o crédito tributário restou definitivamente constituído em 19.04.2010, ocasião em que exaurida a instância administrativa, sem a possibilidade de interposição de qualquer outro recurso.

Em 25.05.2015, foi distribuída execução fiscal e, também, proferido o despacho que ordenou a citação, tendo o contribuinte sido efetivamente citado em 22.11.2016.

O contribuinte, então, manifestou exceção de pré-executividade em que aduziu:

- o cabimento da exceção;
- a ocorrência de decadência;
- erro na apuração da base de cálculo do tributo, tendo acostado laudo de um auditor independente.

Examine a pertinência dos três fundamentos elencados pelo executado no exercício de sua defesa.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

- Exceção é cabível nas hipóteses que não envolvam produção de provas, que podem ser conhecidas de ofício e que tratem de matéria de ordem pública, de acordo com o verbete 393 da Súmula do STJ;
- Não ocorreu a decadência, mas sim a prescrição, diferenciando os dois institutos; que o elemento temporal que define a interrupção da prescrição é o despacho que ordena a citação, mas que o juízo pode de ofício reconhecer a prescrição apesar de não invocada pela parte (art. 174, *caput* e parágrafo único, I CTN; art. 201 CTN);
- Envolve o contraditório com a produção de prova, especialmente a pericial contábil, razão por que inadmissível a sua apreciação em sede de exceção de pré-executividade.

16ª Questão – Direito da Infância e Juventude (Valor: 5 pontos)

É possível a aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional pelo Conselho Tutelar?

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

Conforme o disposto no art. 101, §2º da Lei nº 8.069/90 (ECA), o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária. Assim, em regra, o Conselho Tutelar não pode aplicar a medida protetiva de acolhimento institucional sem prévia decisão do juízo competente, cabendo-lhe, nos termos do art. 136, parágrafo único do ECA, comunicar ao Ministério Público os casos em que considerar tal medida necessária, visando à deflagração de procedimento judicial contencioso. No entanto, em caráter excepcional e de urgência, o art. 93 do ECA prevê que as entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao juiz da infância e juventude, possibilidade que se estende ao Conselho Tutelar, segundo entendimento dominante.

17ª Questão – Tutela Coletiva (Valor: 5 pontos)

Suponha que determinado município, enfrentando crise financeira, apresente seus quadros funcionais efetivos de docentes e profissionais de saúde bastante desfalcados, em razão de vacâncias ao longo dos anos por motivos variados, tais como aposentadorias, falecimentos e exonerações. Tomando conhecimento de tal situação e de seus impactos negativos sobre os serviços públicos, o Promotor de Justiça com atribuição, nos autos de Inquérito Civil, insta o município, na pessoa do Prefeito, a prover os referidos cargos por concurso público, recebendo a resposta de que não seria possível cumprir o demandado pelo Ministério Público em razão da crise financeira e do fato de que a edibilidade já atingira o “limite prudencial” de despesas com pessoal. Analisando juridicamente a alegação do Prefeito e indicando objetivamente as normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, responda:

- a) em que consiste o limite prudencial de despesas com pessoal;
- b) procede a recusa do município em adotar as providências requeridas pelo *Parquet*?

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

- a) O candidato deverá expor conceitualmente em que consiste o *limite prudencial* de despesas com pessoal, apontando em que termos se aplica aos municípios, bem como o seu fundamento normativo (art. 22, parágrafo único da LC nº 101/00-LRF) e as consequências jurídicas de seu atingimento. Faz-se necessário discernir a figura específica do *limite prudencial* dos demais limites previstos em outras normas da LRF.
- b) Deve-se identificar que as vacâncias de cargos efetivos nas áreas de saúde e educação estão sujeitas a disciplina jurídica especial, distinta daquela aplicável às demais áreas de atuação do poder público. Necessário identificar a *ratio* dessa disciplina especial concernente aos cargos efetivos da educação e da saúde e apontar seu assento normativo específico (art. 22, parágrafo único, IV da LC nº 101/00-LRF), que autoriza a reposição de tais cargos efetivos mesmo quando atingido o limite prudencial, com eventual ajuste em outras áreas governamentais ou em relação a cargos de outra natureza.

18ª Questão – Tutela Coletiva (Valor: 5 pontos)

Em um município interiorano, o Prefeito celebrou acordo de cooperação diretamente com empresa sob controle acionário estadual para planejar, executar e operar o saneamento básico em todo o seu território, atribuindo-lhe, portanto, os serviços mediante remuneração paga pelos respectivos usuários. Considerando que o Ministério Público recebeu representação questionando tal avença, examine a juridicidade do ajuste.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

O candidato deve explicitar a inaplicabilidade do acordo de cooperação ao caso proposto, nos termos da Lei 13019/14. Deve reconhecer a natureza do ajuste descrito no enunciado, esclarecendo que se trata de serviço

público sujeito ao regime de concessão, observadas as regras de licitação e contratação pública (arts. 37, XXI e 175, CR/88; art. 14, Lei n. 8987/95; Lei 8666/93). Pertinente mencionar a impropriedade de se incluir na delegação a atividade de planejamento. Caberá, ainda, abordar a disciplina específica prevista na Lei 11445/07, notadamente o disposto nos arts. 10 e 11. Deve o candidato, à conta dos argumentos anteriores, fundamentar a nulidade do ajuste.

19ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 5 pontos)

Defina independência funcional e autonomia funcional, destacando os elementos de diferenciação e de aproximação entre os dois conceitos.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

O princípio da Independência Funcional constitui uma garantia dirigida ao membro do Ministério Público para que, na atividade-fim, exerça suas funções de acordo com sua consciência e interpretação da lei, livre de ingerências e subordinação hierárquica. Já a Autonomia Funcional, por seu turno, constitui garantia dirigida à Instituição do Ministério Público para que, na atividade-fim, seus membros exerçam suas funções livremente, sem ingerências externas à Instituição. Deste modo, há aproximação quanto à liberdade de atuação na atividade-fim, enquanto a diferenciação repousa no destinatário imediato da garantia, uma vez que a independência toca diretamente ao membro, a autonomia dirige-se em primeiro lugar à instituição.

20ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 5 pontos)

Em ação objetivando o fornecimento de medicamentos essenciais à vida de indivíduo maior e capaz, por ele ajuizada em face do Município e do Estado do Rio de Janeiro, o juiz deixa de intimar o Ministério Público a intervir no feito com fundamento no artigo 178, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e com amparo na eficiente representação dos entes públicos nos autos. Lastreia-se, ainda, no fato de a demanda versar sobre direito individual. Avalie a decisão judicial e seus fundamentos.

Resposta objetivamente fundamentada.

Resposta:

A decisão judicial viola a prerrogativa institucional do Ministério Público que assegura aos seus membros o juízo exclusivo na identificação do interesse público, sendo necessária a remessa de vista dos autos. Com efeito, o disposto no art. 178, parágrafo único, do Código de Processo Civil prevê apenas que a participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público, de modo que a sua eficiente representação não tem o condão de afastar a intervenção ministerial quando a participação do Ministério Público se justifica por razão diversa. Na questão em exame, a intervenção é obrigatória por se tratar de demanda objetivando o fornecimento de medicamento essencial à vida de indivíduo, o que evidencia a tutela de direito individual indisponível (direito à saúde/vida), além de refletir interesse vinculado à prestação do serviço público de saúde, sendo irrelevante tratar-se de autor maior e capaz.